

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.655.322 - SP (2020/0020276-4)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : UNIMED DE SOROCABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO
ADVOGADOS : LUIZ ROBERTO MEIRELLES TEIXEIRA - SP112411
EDNEI ANGELO CORREA - SP245618
AGRAVADO : HILDA LURDES DE OLIVEIRA SANTOS
ADVOGADO : Adilson Herminio Andreotti - SP196135

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por UNIMED DE SOROCABA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

Processual – Recurso adesivo interposto pela autora – Desistência – Homologação.

Responsabilidade civil – Indenização de danos morais – Cerceamento de defesa não configurado – Alegação de que material utilizado durante procedimento cirúrgico não se encontrava devidamente esterilizado – Ré que admite que os instrumentos cirúrgicos não continham o selo que identifica a esterilização – Exposição da paciente ao risco de infecção ou contaminação viral – Falha na prestação dos serviços – Abalo moral evidente, agravado pela dor e transtornos causados pela necessidade de realização de exames periódicos para a constatação da inexistência de contaminação – Indenização devida e ora reduzida – Recurso da ré provido em parte.

Quanto à primeira controvérsia, a parte alega violação do art. 369 do CPC, no que concerne ao cerceamento de defesa, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Em primeiro lugar, numa manifesta violação à lei federal, precisamente ao artigo 369 Código de Processo Civil, o juízo "a quo", decidiu antecipadamente a lide, por entender ser desnecessária a produção de provas pelo Recorrente, decisão esta que, contou posteriormente com a reiteração do Tribunal que, através do acórdão recorrido, negou provimento ao Recurso de Apelação neste ponto, por entender ser desnecessária a produção de provas pelo recorrente:

[...]

Conforme demonstrado na peça contestatória, mesmo após a

realização de todo o processo de esterilização, os materiais não receberam a devida identificação, resultando na dúvida que exigiu a adoção de medida preventivas por parte do recorrente.

Tais questões seriam objeto de atividade probatória a ser desenvolvida pelo recorrente durante a instrução probatória, ou seja, o recorrente demonstraria que não houve falha no processo de esterilização, mas ainda assim, adotou medidas preventivas para evitar qualquer dano à recorrida (fls. 319/320).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação dos arts. 186 e 927 do CC, no que concerne ao não preenchimento dos requisitos legais ensejadores da responsabilidade civil, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Nobres Ministros, a leitura dos tópicos precedentes já revelou que o recorrente não praticou uma conduta negligente, imprudente ou imperita capaz de resultar na fixação dos danos morais.

[...]

Primeiramente cumpre consignar que autora/recorrida não sofreu qualquer dano à sua saúde, pois a documentação juntada aos autos revela que não houve qualquer contaminação.

[...]

Portanto, o material estava devidamente esterilizado, mas tão somente não havia recebido o INTEGRADOR, que apenas serve para identificar que o material foi devidamente esterilizado (fls. 322/324).

Quanto à terceira controvérsia, alega violação dos arts. 884 e 944 do CC, no que concerne ao valor fixado a título de danos morais, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Acontece que tanto a sentença e o Acórdão desrespeitam essa regra, pois o valor arbitrado a título de danos morais é manifestamente excessivo, representando verdadeiro enriquecimento indevido (fls. 330).

É o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

Cerceamento de defesa não ocorreu, uma vez que as provas produzidas nos autos eram suficientes para o pleno entendimento dos fatos narrados nos autos e seu julgamento (fl. 304).

Assim, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que a pretensão recursal demanda o reexame do acervo fático-probatório juntado aos autos.

Nesse sentido: “O recurso especial não será cabível quando a análise da pretensão recursal exigir o reexame do quadro fático-probatório, sendo vedada a modificação das premissas fáticas firmadas nas instâncias ordinárias na via eleita (Súmula n. 7/STJ)” (AgRg no REsp n. 1.773.075/SP, relator Ministro Felix Fischer, Quinta Turma, DJe de 7/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no AgRg no AREsp n. 1.374.756/BA, relatora Ministra Laurita Vaz, Sexta Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.356.000/RS, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 6/3/2019; e REsp n. 1.764.793/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 8/3/2019.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, o acórdão recorrido assim decidiu:

Embora a ré alegue que mantém rigoroso contrato para evitar infecções hospitalares e que os materiais utilizados no procedimento cirúrgico estavam esterilizados, faltando apenas um selo identificador (integrador), **é evidente que houve falha na prestação dos serviços.**

Como bem ressaltado na sentença, desnecessária a discussão a respeito da efetiva esterilização ou não dos instrumentos, “já que a **simples suspeita dela não ter sido realizada, o que é confirmado pela requerida, em vista da inexistência do selo 'integrador', e a comunicação do fato à paciente/requerente, que teve que ser submetida a exames para verificar eventual contágio por doenças gravíssimas (potencialmente mortais) como HIV e hepatite já é suficiente, no entendimento do juízo, a caracterizar comportamento leviano da requerida a caracterizar responsabilidade por eventual dano que possa ter causado à parte adversa. Diga-se, pois, independentemente da efetiva esterilização, a simples suspeita de sua não ocorrência já é suficiente a caracterizar a culpa**” (fls. 237) (fls. 306/307).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado

n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal” (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: REsp n. 1.682.077/RS, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 11/10/2017; AgInt no AREsp n. 734.966/MG, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 4/10/2016; AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018; e AgRg no AREsp n. 673.955/BA, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 8/3/2018.

Quanto à terceira controvérsia, incide novamente o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas fixadas a título de danos morais, esta restringe-se aos casos em que arbitrados na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte” (AgInt no AREsp 1.214.839/SC, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 8/3/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.269.094/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 1º/3/2019; AgInt no AREsp 1.386.578/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 13/3/2019; e AgInt no REsp 1.761.700/RO, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 26/2/2019.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente